

O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional

Ariana Cericatto da Silva¹
Jandir Ferrera de Lima²

Resumo

Esse artigo analisa o conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. Para atender ao objetivo foi feita uma revisão de literatura, na busca de explicar como o desenvolvimento econômico regional acontece e como as economias transformam suas estruturas setoriais. O processo de ruptura estrutural leva a um movimento cumulativo na economia fortalecendo o avanço ou o retrocesso das regiões. O avanço pode tanto ser estimulado pelo crescimento das atividades de base econômica quanto por ações ligadas diretamente a comunidade local.

Palavras-chave: Economia regional. Ruptura estrutural. Desenvolvimento econômico.

The Concept of Structural Break in Regional Economic Development

Abstract

This paper analyzes the concept of structural break in the regional economic development. To meet the goal a literature review was done in seeking to explain how regional economic development happens and how economies transform their sectorial structures. The processes of structural break leads into a cumulative movement in strengthening the economy forward or rewind the regions. The progress can both be stimulated by the growth of the economics activities basis for actions linked directly to the local community.

Keywords: Regional economy. Structural break. Economic development.

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar e discutir o conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. Esse conceito se liga à economia regional pela noção de origem das aglomerações e o “*start*” para o processo de desenvolvimento econômico no interior das regiões, ou seja, fora das áreas polarizadas ou desenvolvidas.

Os fatores espaciais na origem das aglomerações são a “centralidade inicial”, ou seja, a posição central na conquista dos territórios, que em geral surgem

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora colaboradora do curso de Ciências Econômicas da UNIOESTE/Toledo.

² Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec (UQAC)/Canadá. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

no processo de colonização; a “conquista dos recursos naturais”, entendida como a posição das aglomerações ao longo da bacia de recursos naturais e suas zonas de extração; e, a “ruptura estrutural”, ou seja, processos de desenvolvimento econômico que surgem mesmo com uma forte polarização no espaço econômico. A ideia de ruptura estrutural pressupõe que é possível fortalecer as aglomerações e avançar no processo de desenvolvimento econômico mesmo que o lugar não seja local de extração significativa de recursos naturais ou que tenha uma localização privilegiada. Para isso, devem ocorrer mudanças significativas na divisão social do trabalho, demonstrando que a economia regional está sendo capaz de migrar de uma estrutura exclusivamente primária exportadora para uma estrutura mais urbana, seja ela urbana-industrial ou urbana-rural.

A transformação estrutural ou ruptura estrutural de uma economia é a essência do processo de desenvolvimento econômico regional. Não é somente a mudança do tamanho relativo do produto de cada setor na economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais são derivadas da divisão social do trabalho (SINGER, 1970).

Nas regiões desenvolvidas, a ruptura estrutural resulta em aumento do poder aquisitivo, seja em virtude da criação de postos de trabalho, seja em virtude do aumento da acumulação de capital. Já nas regiões menos desenvolvidas, a ruptura estrutural não é o resultado, mas a condição para o crescimento. Nessas regiões, a mudança estrutural reflete a transferência de atividades primárias e de serviços do campo para a cidade, ou seja, é o fortalecimento das aglomerações e das atividades produtivas ligadas à urbanização (SINGER, 1970).

A ruptura estrutural da economia marca o avanço das atividades urbanas em relação às atividades rurais na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e da ocupação laboral da força de trabalho. Ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais, o setor primário é o mais significativo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte a atividades agropecuárias e à população regional. Porém, ao longo do amadurecimento da economia, em algumas regiões, a evolução das atividades urbanas se torna mais significativa que as atividades rurais. Nessa evolução, o setor secundário e o terciário tornam-se cada vez mais hegemônicos na composição da riqueza. Dessa forma, a economia regional vislumbra uma mudança estrutural na divisão social do trabalho e na distribuição do emprego na sua economia. O setor que ganha é o terciário, que se aproxima em importância

econômica do setor secundário e, em alguns casos, consegue superá-lo (FERRERA DE LIMA *et al.*, 2011).

A transformação estrutural como essência do desenvolvimento não é apenas a mudança de tamanho relativo do produto de cada setor da economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais estão relacionadas com a divisão social do trabalho. O processo de mudança estrutural pode ser considerado como sendo o resultado das estratégias e decisões de investimento das organizações que operam nos mercados e estão integradas a esses condicionadores da dinâmica econômica que são os entornos institucionais e culturais (SINGER, 1970; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Os processos de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural acontecem em consequência da introdução de inovações no sistema produtivo. Tais inovações podem ser radicais como incrementais, isto é, estão também incorporadas as alterações de engenharia nos produtos, nos métodos e nas organizações. As novas formas de organizações contribuem para que as empresas desfrutem de economias externas e internas e façam uso das indivisibilidades do sistema produtivo, o que certamente contribui para os processos de crescimento econômico e mudança estrutural (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Frente ao exposto, esse texto faz uma discussão do conceito de ruptura estrutural e sua relação com o conceito de desenvolvimento econômico regional. Neste trabalho, portanto, entende-se por ruptura estrutural as mudanças sofridas pela região que tendem a levar ao desenvolvimento econômico. Mudanças essas, referentes à divisão social do trabalho e na configuração setorial das regiões.

Para tanto, este trabalho foi dividido em três sessões, além desta introdução e da conclusão. Na primeira sessão expõe-se a ideia de ruptura estrutural relacionada ao processo de desenvolvimento econômico. Na segunda sessão encontra-se a abordagem das teorias de desenvolvimento regional em relação ao processo de ruptura estrutural; a questão da endogeneização do desenvolvimento econômico regional encontra-se na terceira sessão.

1. Ruptura Estrutural e o processo de Desenvolvimento Econômico

O crescimento econômico mesmo sendo necessário, não é suficiente para gerar o desenvolvimento. Não basta crescer economicamente, aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita* da população, mas criar condições socioeconômicas melhores para a população como um todo. Com

frequência o crescimento econômico aumenta o número de ricos e de pobres, mantendo e até alargando as desigualdades, não produzindo desenvolvimento humano e social. Ou seja, o desenvolvimento deve ser pensado além da acumulação de riqueza e aumento do PIB, e estar relacionado com a melhoria de vida e liberdade individual (FRANCO, 2000; SEN, 2010).

Em geral, o desenvolvimento econômico é considerado como o crescimento do produto a uma taxa maior que a do aumento da população. No entanto, o

desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p. 3).

Singer (1970) considera que o conceito de desenvolvimento econômico designa as transformações estruturais de uma economia, em contraposição aos casos em que o crescimento se dá dentro de um mesmo formato estrutural. Dificilmente o crescimento deixa de ser acompanhado por alguma mudança na estrutura econômica. Considerando-se uma economia nacional, é difícil imaginar um período em que o crescimento não tenha afetado a sua estrutura, pois teria sido necessário que todos os setores se expandissem a exatamente a mesma taxa.

Para Schumpeter (1982, p. 47) o desenvolvimento econômico é “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. O desenvolvimento caracteriza-se por mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas, que alteram a estrutura econômica e as condições de equilíbrio.

As ações do Estado influenciam as transformações das estruturas econômicas. Sua ação é fundamental para influenciar nas decisões dos empresários. O Estado tem um papel importante no desenvolvimento econômico, pois é capaz de intervir com políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico, através do melhoramento da infraestrutura, fomento das atividades produtivas e em investimentos sociais (MYRDAL, 1965; FERRERA DE LIMA, 2011).

O processo de desenvolvimento econômico se caracteriza ao transformar economias subdesenvolvidas em economias desenvolvidas. Uma vez desencadeado o processo de desenvolvimento numa dada região, economias internas e externas crescentes garantem a continuidade do desenvolvimento econômico, em

detrimento de outras regiões. O problema fundamental do desenvolvimento consiste em gerar e canalizar energias na direção desejada. Assim, para alcançar o desenvolvimento é essencial comprometer-se com uma série de projetos que produzam efeitos favoráveis sobre o fluxo de renda e em várias áreas econômicas e sociais, como: a administração pública, a educação, a saúde, o transporte, a agricultura, a indústria, etc., cuja realização é limitada pela capacidade de investimento local (HIRSCHMAN, 1961).

O desenvolvimento econômico ocorre naqueles territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo. Por isso, quando as empresas estão integradas em territórios caracterizados por densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, as mesmas podem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e melhorar a competitividade. As barreiras ao desenvolvimento aparecem em razão das carências e do mau funcionamento da rede institucional, que colocam obstáculos aos processos de desenvolvimento autossustentado (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Quando uma região se desenvolve, ela pode romper as amarras que a prendem a divisão social do trabalho e que estabelecem que economias menos desenvolvidas estejam fadadas a se tornarem produtoras especializadas em alimentos e matérias-primas. Como as regiões que desenvolvem suas economias não deixam completamente o cenário do comércio exterior, seu rompimento com a divisão social do trabalho existente exige que uma nova divisão, substitua a velha divisão do trabalho (SINGER, 1970).

Assim, à medida que as regiões se desenvolvem espera-se que as diferenças entre as regiões sejam menos expressivas, que a participação dos diferentes setores econômicos se torne mais homogênea e, em termos econômicos que o regionalismo venha a desaparecer.

2. Ruptura Estrutural e o Desenvolvimento Econômico Regional

As teorias de desenvolvimento econômico regional surgiram e passaram a ser reconhecidas como possibilidades reais para o desenvolvimento econômico, tanto de países já desenvolvidos quanto dos países subdesenvolvidos (AMARAL FILHO, 2001).

Cavalcante (2007) entende que até a incorporação dos impactos da terceira revolução industrial - na produção teórica da economia regional, podiam ser

identificadas pelo menos duas correntes de pensamento sobre o tema. A primeira trata do conjunto de teorias clássicas da localização que evoluíram da contribuição de Johann Heinrich Von Thünen (1826) à de Walter Isard (1956). A segunda, corrente de pensamento, trata do conjunto de teorias de desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950. Essa segunda corrente de pensamento serviu de referência para outras teorias que enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços subnacionais, como são os estudos de François Perroux (1977), Albert Hirschman (1961) e Gunnar Myrdal (1965).

A partir da década de 1950, essas teorias passaram a inspirar políticas públicas de desenvolvimento regional e estudos analíticos objetivando aferir os seus graus de adequação à realidade. Na década de 1970, começaram a ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que pudessem dar conta dos novos padrões de acumulação e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica (CAVALCANTE, 2007). Nessa fase surge a contribuição de Douglass North (1977), que atribui à produção de produtos para exportação, ou seja, o fortalecimento do mercado inter-regional como o meio para se atingir o desenvolvimento econômico regional.

2.1. Causação circular cumulativa

Myrdal (1965) adota o conceito de causação circular em um processo acumulativo como metodologia para entender a condição de subdesenvolvimento econômico. O autor recorre à noção de círculo vicioso para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos.

O processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, negativa e positiva, e o mesmo, se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões. Os efeitos regressivos (negativos) derivam da troca desigual entre as regiões desenvolvidas, produtoras de bens manufaturados, e as regiões subdesenvolvidas, especializadas na produção de matérias-primas. Esses efeitos geram um processo migratório seletivo em detrimento das regiões subdesenvolvidas. A população mais jovem e mais qualificada se transfere para as regiões desenvolvidas, permanecendo as pessoas mais velhas, inativas e crianças, bem como a população menos qualificada e que mais demanda gastos públicos com assistência social, nas regiões subdesenvolvidas.

Os efeitos regressivos são provocados, também, pela emigração do capital, que procura taxas de retorno mais elevadas. Geralmente, as regiões desenvolvidas oferecem maiores oportunidades para os investimentos, porque os negócios são mais variados e importantes, conseqüentemente, as possibilidades de ganhos são maiores. O sistema bancário drena a poupança das regiões subdesenvolvidas deslocando-as para áreas mais desenvolvidas, onde são transformadas em empréstimos para os empresários (MYRDAL, 1965).

Em contrapartida, os efeitos propulsores (positivos) são originados por um impulso vindo de um centro dinâmico em expansão e propagados a outras localidades, que operam por intermédio de demandas ampliadas para seus produtos e vinculam-se ao processo social acumulativo pela causação circular. Os efeitos propulsores produzem aspectos positivos ao desenvolvimento das regiões mais distantes. Entre os aspectos, salienta-se a redução do desemprego, a transferência do progresso tecnológico e o aumento das transações comerciais nessas regiões. Nas localidades, onde novos impulsos surgem e dão bons resultados, tornam-se novos centros de expansão econômica, se o movimento expansionista for forte o suficiente para superar os efeitos regressivos vindos dos centros antigos (MYRDAL, 1965).

O processo de causação circular cumulativa reflete de maneira mais realista as mudanças ocorridas na sociedade quando comparado à hipótese clássica do equilíbrio estável, pois não há uma tendência automática das forças econômicas em direção a um ponto de equilíbrio no sistema social. A noção de equilíbrio estável (*laissez-faire*) não é adequada para explicar a mudança no sistema social dos países subdesenvolvidos. A falha em utilizar o pressuposto de equilíbrio estável à realidade social está na ideia de que o processo social se movimenta no sentido de se atingir uma posição de equilíbrio entre as forças de mercado. Em economias subdesenvolvidas regidas pelas forças do mercado há uma tendência para aumentar as desigualdades regionais, onde se beneficiam as regiões que possuem melhor infraestrutura, indústrias, ao passo que existem regiões que estão restritas à economia de subsistência (MYRDAL, 1965).

Para demonstrar a dinâmica do processo de causação circular cumulativa, Myrdal (1965) analisou a questão racial nos Estados Unidos da América (EUA). A essência deste problema social, concentração da população negra nas camadas mais baixas da sociedade e baixos indicadores econômicos, pode ser explicada pelo preconceito dos brancos e pelo baixo padrão de vida dos negros, fatores mutuamente inter-relacionados. Estes fatores são entidades compostas por vários

elementos (atitudes dos brancos, emprego, saúde, educação dos negros), todos relacionados em um sistema de causação circular.

O objetivo da teoria da causação circular cumulativa foi analisar as inter-relações causais de um sistema social enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas. No caso dos negros nos EUA, os principais fatores da situação do preconceito dos brancos e do baixo padrão de vida dos negros devem ser analisados em conjunto com outras variáveis, como, por exemplo, classe social, sexo, idade e região. Deve-se identificar os fatores que influenciam o processo, quantificar como os mesmos interagem e influenciam uns aos outros e como são influenciados por fatores exógenos, pois são justamente estes últimos que movem o sistema continuamente, ao mesmo tempo em que mudam a estrutura das forças dentro do próprio sistema, o que justifica a intervenção pública (LIMA; SIMÕES, 2010).

O Estado tem papel de destaque em países subdesenvolvidos ao atuar como agente capaz de proporcionar efeitos propulsores através de sua capacidade de providenciar políticas econômicas para conciliar o desenvolvimento com a democracia.

Nos países subdesenvolvidos os efeitos propulsores são fracos. As vantagens comparativas determinam que o livre comércio seja benéfico apenas para os países ricos, enquanto que reforça a posição de submissão dos países pobres no comércio internacional. No jogo do livre mercado os efeitos propulsores são maiores para os países desenvolvidos, do que em países subdesenvolvidos. Assim o impacto dos efeitos regressivos nos países desenvolvidos é menor do que nos países subdesenvolvidos (MYRDAL, 1965).

A intensificação do desenvolvimento desequilibrado é consequência de um volume maior de investimentos em uma região (o que propicia dinamismo na atividade econômica), em relação à outra região dentro de um mesmo país. O resultado é o crescimento econômico da região mais dinâmica à custa de outras regiões com economia estagnada (MYRDAL, 1965).

É possível quebrar o círculo vicioso da pobreza através dos efeitos propulsores, capazes de fornecer para os países subdesenvolvidos maior dinamismo. Conforme o desenvolvimento econômico se processa em uma região, é possível capacitar todas as regiões vizinhas graças à expansão econômica beneficiada pelo efeito propulsor. Nesse sentido, quando os efeitos propulsores são intensificados, o desenvolvimento econômico se torna um processo acumulativo,

ou seja, ele é transmitido da região mais dinâmica para outras regiões vizinhas (MYRDAL, 1965).

Portanto, a ruptura estrutural, conforme Myrdal (1965) ocorre pelo rompimento do círculo vicioso da pobreza e pela eliminação dos desníveis regionais por intermédio do desenvolvimento de atividades interdependentes entre as regiões atrasadas e desenvolvidas com a colaboração do Estado e sociedade organizada.

2.2 Encadeamentos produtivos

A teoria do crescimento desequilibrado, defendida por Hirschman (1961), congrega que o processo de crescimento ao invés de ocorrer de forma conjunta e equilibrada, através de um grande bloco de investimentos, pode ocorrer de forma concentrada e, em seguida, difundir seus resultados em termos de aumento de produção e de melhoramentos tecnológicos. A ideia de que o crescimento ocorre de forma desequilibrada sustenta-se na suposição de que a realização de um investimento em um setor chave terá um forte efeito de indução na realização de outros investimentos.

No processo de crescimento, há uma interação entre as regiões. Pode haver uma tendência à equalização das diferenças, se o progresso em uma região contribuir para o progresso de outras. Ou pode persistir a tendência ao agravamento das disparidades, se em uma região houver tendência ao progresso e em outra permanecer o atraso.

Essa interação entre as regiões, segundo Hirschman (1961), ocorre através de dois efeitos, os efeitos fluentes e os efeitos polarizadores. Os efeitos fluentes são aqueles favoráveis à equalização das diferenças. Eles ocorrem quando o progresso das regiões mais desenvolvidas produz uma intensificação de investimentos nas áreas deprimidas, ou quando aquelas absorvem mão de obra desempregada destas. Já os efeitos de polarização tendem a agravar as disparidades e ocorrem quando, com o progresso da região desenvolvida, há uma depreciação do parque industrial das áreas deprimidas e uma migração dos seus técnicos mais capacitados.

É através dos encadeamentos produtivos que se produz a sequência de eventos necessários à sustentação e ao complemento do crescimento econômico regional. Assim, o autor direcionou seus estudos de forma que pudesse explicar o desenvolvimento econômico regional de países ou regiões subdesenvolvidas ou atrasadas (HIRSCHMAN, 1961).

As economias atrasadas são as regiões que não participaram da Revolução Industrial no final do século XVIII e que têm nos países que participaram exemplos de como proceder para atingir os mesmos resultados alcançados na estrutura produtiva daqueles países. Já as economias avançadas seriam as que viveram a Revolução Industrial. As mudanças inseridas pela Revolução Industrial causaram alterações tão significantes no modo de produção que deram início a uma série de processos de transformações, desencadeando um expressivo crescimento econômico. Este crescimento permitiu uma significativa vantagem produtiva que, após suprir a demanda interna de seu país de origem, possibilitou a exportação de seus excedentes para outras regiões. Foi a partir da comercialização dos excedentes da produção, gerada na Revolução Industrial, que o comércio internacional ganhou ímpeto e uma nova formatação (HIRSCHMAN, 1961).

As regiões atrasadas não aproveitam suas potencialidades com receio das consequências. Parte desta passividade é resultado da lentidão e do número insuficiente de decisões de desenvolvimento advindas da utilização inadequada de estratégias ao processo. Por isso, as mudanças embutidas nas decisões de desenvolvimento não são afetadas por obstáculos e por escassez de recursos físicos, mas sim pelas imperfeições inerentes ao próprio processo de tomada de decisão (HIRSCHMAN, 1961).

Supõe-se que as regiões atrasadas serão beneficiadas com o progresso das regiões avançadas se os efeitos fluentes superarem os efeitos de polarização. Os efeitos fluentes superam tanto mais os efeitos de polarização quanto maior for a escala de dependência das regiões avançadas, em relação às regiões atrasadas. Ou, em outras palavras, quanto mais complementar for a produção das regiões atrasadas em relação ao que se produz nas regiões avançadas (HIRSCHMAN, 1961).

Diante disso, Hirschman (1961), aponta os mecanismos de indução como a forma mais adequada de se iniciar o processo de desenvolvimento econômico em regiões atrasadas. Como o desenvolvimento econômico regional é obtido através de uma sequência de eventos, resultado de encadeamentos produtivos que alteram a estrutura física e social de uma região, o êxito deste procedimento somente será alcançado quando ocorrerem os encadeamentos produtivos antes e após os processos produtivos. Para o autor, estes encadeamentos promovem a ruptura estrutural das regiões e se constituem em movimentos que efetivamente desencadeiam a expansão econômica regional, fazendo com que uma região subdesenvolvida passe a ser desenvolvida.

2.3. A base econômica

A Teoria da Base Econômica parte da constatação de que é possível separar as atividades econômicas de uma região em básicas, que produzem bens e serviços vendidos fora da região, e atividades não básicas, que são destinadas a consumo interno. O avanço econômico se dá a partir das atividades de base e a cooperação da estrutura institucional. As rendas geradas pela procura dos bens produzidos nas atividades de base impulsionam as atividades não básicas ou locais e induzem o crescimento da região. Em suma, para a teoria da base econômica o desenvolvimento econômico de uma região está intimamente vinculado ao sucesso de suas atividades de base, o qual ocorre como resultado da melhoria da posição das exportações existentes, ou como resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação. A especialização e a divisão do trabalho são os fatores principais para a expansão da economia, pois estimulam a inserção da região no mercado inter-regional (NORTH, 1977).

North (1977) propôs um exame das teorias de localização e crescimento econômico regional, à luz do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos. Segundo North (1977), as teorias de localização e crescimento econômico regional, de origens europeias, não são capazes de retratar a história econômica dos Estados Unidos. A sequência de estágios, que as regiões percorrem no curso do desenvolvimento, proposta pelas teorias, de crescimento econômico regional europeias pouco caracterizam o tipo de desenvolvimento americano.

Estes estágios sugerem que as regiões devem passar por uma fase de economia de subsistência, autossuficiente e com baixo investimento no comércio. “À medida em que ocorrem melhorias nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local” (NORTH, 1977, p. 293), é nessa segunda fase que surgem as primeiras indústrias. Na terceira fase ocorre um aumento do comércio inter-regional. “Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar” (NORTH, 1977, p. 294), na quarta fase. Na quinta e última fase, proposta pelas teorias, de crescimento econômico regional europeias atinge-se o estágio final de desenvolvimento regional, fase em que a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação.

North (1977) chama a atenção à necessidade de industrialização das regiões defendida pelas teorias de crescimento econômico regional europeias. No entanto, expõe que:

(1) Não existe razão porque todas as regiões devam se industrializar para continuar a crescer. (2) Uma grande quantidade de indústria secundária se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locacionais da indústria orientada para as matérias-primas, seja com um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultante do sucesso de seus produtos de exportação (NORTH, 1977, p. 308).

O autor completa, “não existe dificuldade para o desenvolvimento de tais indústrias. As dificuldades surgem quando se procura desenvolver, em uma região, indústrias que sejam simplesmente inadequadas para a área” (NORTH, 1977, p. 307).

Assim, a Teoria da Base Econômica foi direcionada para o desenvolvimento de novas regiões dos Estados Unidos, ou seja, foi desenvolvida para explicar a configuração das regiões de colonização recente com base na agricultura, especificamente para regiões que cresceram em estruturas capitalistas. North (1977) argumenta que apesar de a teoria se referir ao desenvolvimento dos Estados Unidos, a mesma pode se aplicar as outras regiões desde que:

[...] apresentem as seguintes condições: (1) regiões que tenham se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalistas e, portanto, sensíveis a oportunidade de maximização dos lucros, e nas quais os fatores de produção apresentaram relativa mobilidade, e (2) regiões que tenham se desenvolvido sem as restrições impostas pela pressão populacional (NORTH, 1977, p. 292-293).

A teoria proposta por North (1977) é útil tanto para a análise do desenvolvimento histórico da economia americana como para a compreensão dos problemas atuais das regiões de colonização recente e relacionados com o crescimento regional.

A Teoria da Base Econômica é um dos elementos fundamentais para explicar o desenvolvimento de uma região. À medida que as regiões crescem em consequência da base econômica, desenvolvem-se as economias externas, o que melhora a concorrência de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas em comercialização, o aumento de crédito e transportes, força de trabalho mais preparada e uma indústria complementar além de necessárias são consequência do crescimento da região (NORTH, 1977).

North (1977) destaca que uma das razões do crescimento de novas exportações foi o desenvolvimento dos transportes. Tal desenvolvimento permitiu

a competição entre as regiões, na produção de bens, que antes eram impraticáveis, por conta dos altos custos de transferência. Outros fatores também são importantes, tais como: “o crescimento da renda e da demanda em outras regiões, além dos progressos tecnológicos [...]. A participação do governo estadual e federal na criação de benefícios sociais básicos” (NORTH, 1977, p. 309).

Sobre a expansão de uma região, North (1977) afirma que ela se expande devido ao resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação existentes, seja devido a um aumento da renda na área de mercado, ou na mudança dos gostos. Da mesma forma, ele alega que um melhoramento na posição de custo de processamento, ou de transferência dos produtos de exportação da região em relação a regiões competidoras, promoverá o desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que o processo de ruptura estrutural acontece através da especialização em atividades de base ou exportação, a qual pode ser atingida pela ampliação do comércio inter-regional.

3. Ruptura Estrutural e a Endogeneização do Desenvolvimento Econômico Regional

O desenvolvimento endógeno surgiu das transformações ocorridas nas teorias de desenvolvimento regional na década de 1980. Desde o início dos anos de 1980, ocorreu uma profunda alteração na política econômica, momento em que os atores locais e regionais passaram a empreender ações objetivando influenciar os processos de crescimento das economias locais. Essas transformações foram provocadas pela crise e pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. O que se observa é que ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de expansão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), as regiões vêm mostrando um movimento de “endogeneização”, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; RESENDE; FERNANDES; SILVA, 2007).

Assim, o desenvolvimento endógeno surgiu como resposta das comunidades aos desafios colocados pelo fechamento de empresas, pela desindustrialização e pelo aumento do desemprego. A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região, esse tipo de

capital permite aos membros de uma comunidade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum (SOUZA FILHO, 2002; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno, conforme Vázquez Barquero (2001) propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão social do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Dessa forma, o desenvolvimento endógeno consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo.

O território é um agente de transformação e não mero suporte de recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial consiste no conjunto de recursos (econômicos, humanos e institucionais) formadores de seu potencial de desenvolvimento. São precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, estão fadadas a ocupar um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização. Cada sociedade promove o surgimento de formas específicas de organizações e de instituições que lhe são próprias e que haverão de favorecer ou dificultar a atividade econômica, pelo fato de os agentes econômicos tomarem suas decisões nesse entorno organizacional e institucional e por nem sempre seguirem as prescrições teóricas dos modelos econômicos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Do ponto de vista regional, Amaral Filho (2001) considera que o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Neste sentido, a teoria do desenvolvimento endógeno identificou que os fatores de produção, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a

pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, podem ser determinados dentro da região. Por conseguinte, logo se entende que regiões as quais estes fatores se fazem presente ou são estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. A política de desenvolvimento endógeno pretende superar os desequilíbrios através do fomento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo (SOUZA FILHO, 2002).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento endógeno propõem-se a estimular o surgimento e a expansão das empresas locais e favorecer o desenvolvimento dos recursos específicos que determinam a capacidade de atração de empresas externas. Além de influenciar aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade.

O desenvolvimento endógeno é uma estratégia de ação. As comunidades locais têm uma identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. É a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Em suma, o desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que se dá pela base, ou seja, é liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento levando à melhoria do nível de vida da população.

Conclusão

O objetivo desse artigo foi analisar e discutir o conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional, utilizando o conceito definido por Singer (1970), de que a ruptura estrutural é o cerne do processo de desenvolvimento econômico regional. De que ela ocorre da divisão social do trabalho e reflete as transformações das relações entre os setores e atividades da economia.

Nesse trabalho, buscou-se também relacionar algumas das teorias do desenvolvimento econômico regional com a definição de ruptura estrutural no sentido de se compreender como esse processo pode ocorrer. O processo de ruptura estrutural acontece pelo rompimento do círculo vicioso da pobreza, que

mantém as regiões deprimidas, e pela eliminação das disparidades regionais. Para que essas ações sejam possíveis, o Estado assume um papel importante como fomentador de atividades interdependentes entre as regiões atrasadas e desenvolvidas no sentido de ativar os efeitos propulsores capazes de dinamizar as regiões atrasadas.

Percebe-se que há mecanismos de indução como a forma mais adequada de se iniciar o processo de desenvolvimento econômico. Dentre esses mecanismos, a especialização em atividades de base econômica (exportadoras ou motoras) induzem o processo de ruptura estrutural, ampliado pelo comércio inter-regional.

Já a endogeneização do desenvolvimento econômico regional reflete a capacidade da comunidade em tomar em mãos o processo de desenvolvimento, e no caso o próprio processo de ruptura estrutural, aliada à mobilização do potencial regional e da participação da sociedade e instituições.

Portanto, entender como a transformação na divisão social do trabalho e das relações entre os setores ocorre e leva ao desenvolvimento econômico regional se mostra relevante ao sinalizar para a sociedade organizada e as instituições, estratégias que estimulam ações positivas desencadeadoras de desenvolvimento.

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília, n. 23, p. 261-286, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 12/03/2014.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção teórica em economia regional: Uma Proposta de Sistematização [Online]. **Universidade Federal da Bahia**, 25p. 2007. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em: 17/01/2014.

FERRERA DE LIMA, Jandir. A face obscura do desenvolvimento regional. In: SIEDENBERG, D. R.; LOCK, F. N.; LONDERO, J. C. **Desenvolvimento Regional: Discussões e Reflexões**. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011. p. 207-224.

FERRERA DE LIMA, Jandir; ALVES, Lucir Reinaldo; PIFFER, Moacir; RIPPEL, Ricardo. Ruptura estrutural na economia regional paranaense. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), 2011, **Anais...**, Natal, 2011.

FRANCO, Augusto. **Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), p. 283-486, 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>. Acesso em: 12/03/2014.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano XII, n. 21, p. 5-19, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>. Acesso em: 23/04/2014.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, 1977. p. 77-98.

PERROUX, François. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, 1977.

REZENDE, Marcelo Lacerda; FERNANDES, Luiz Phillipe de S.; SILVA, Antônio Marcos Rodrigues e. Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 19, p. 92-108, 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/5artigomarcelo.pdf>>. Acesso em: 23/04/2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Edições CEBRAP, 1970.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>>. Acesso em: 15/04/2014.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

Texto enviado em: 11/08/2014
Aceito em: 20/02/2015